TERMO ADITIVO Nº 030/2021

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÂO AO CONTRATO Nº 014/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DE DONA MARIANA.

Pelo presente instrumento em que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JARDIM**, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **PAULO VIEIRA DE BARROS** , brasileiro, casado, RG nº.810013359, inscrito no CPF/MF sob o nº 452.543.897-53, residente e domiciliado na Rua Prefeito José Guida, nº 20, Centro, Bom Jardim/RJ, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DE DONA MARIANA** inscrita no CNPJ sob o nº 02.144.700/0001-85, neste ato representada por **IGO MACHADO DOS VALES** inscrito no CPF/MF sob o n° 151.674.997-98, portador do RG nº 279891956, a seguir denominado CONTRATADO na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO doravante denominado **CONTRATADO**, ajustam a lavratura do presente Termo ao contrato nº 014/2021, Chamada Pública nº 001/2021, com base no processo administrativo nº 3.118/2021 passando a vigorar com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente tem como objeto **a prorrogação do prazo de execução do contrato nº 014/2021,** que tratam da aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação Escolar, para alunos da Rede Municipal de Ensino, com recursos do FNDE/PNAE, para o 1º semestre de 2021, atendendo assim a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, conforme relação de itens descritos no Edital de Chamada Pública nº 001/2021, **passando o contrato a vigorar até 31/08/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Contratante providenciará a publicação deste TERMO ADITIVO, em extrato, no órgão da Imprensa Oficial do Município, no prazo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO E VINCULAÇÃO

O presente Termo fica vinculado ao contrato inicial, ao Processo Administrativo nº 0532/2021, Chamada Pública n º 001/2021, Lei 11.947/2009 e a Lei Federal nº 8.666/93.